

OS "SEMINÁRIOS PARAIBANOS DE CULTURA BRASILEIRA" COMO FONTES PARA A HISTÓRIA

José OCTÁVIO

Surgidos em 1976, quando o chamado generalismo autoritário, egresso do movimento de 1964, ainda comprimia a sociedade brasileira, por meio de formas de coerção que também se voltavam contra a História, cuja perda de terreno era evidente em face da emergência de disciplinas como Educação Moral e Cívica e Estudos de Problemas Brasileiros, os "Seminários Paraibanos de Cultura Brasileira" resultaram de iniciativa do Secretário e depois Governador da Paraíba Tarcísio Burity em articulação com instituições do Estado, como a Diretoria Geral da Cultura e Conselho Estadual de Cultura, bem como segmentos da sociedade, como o Grupo José Honório Rodrigues, o Instituto Histórico e Geográfico Paraibano e o Departamento de História da Universidade Federal da Paraíba.

Desses, coube ao agrupamento honorário formalizar a sugestão ao Secretário de Educação e Cultura Tarcísio Burity, que, valorizando as atividades culturais da pasta, realizava desde o ano anterior, em Areia, no interior do Estado, os Festivais de Arte e Cultura voltados para os segmentos de Literatura, Cinema, Teatro, Folclore, Artes Plásticas e Música.

Representando manifestação contra a intolerância e o arbítrio, o que explica a presença, como responsáveis por cursos e conferências, de intelectuais manifestamente heterodoxos, como Mário Pedrosa, Gianfrancesco Guarnieri, Paulo Pontes, Edilberto Coutinho, Antonio Houaiss, Ruy Guerra, Fernando Peixoto, José Wilker e Alex Viana, entre dezenas de outros, os Festivais de Areia importavam formas correlatas de liberdade de expressão e discussão dos problemas nacionais, transportados para a área de História e Ciências Sociais.

Essa, confessadamente, a proposta transferida à Secretaria de Educação e Cultura do Governo Ivan Bichara Sobreira (1975/1978) pelo Grupo José Honório Rodrigues. Nessa perspectiva, a Diretoria Geral de

Cultura encarregar-se-ia da operacionalização do certame, o Grupo José Honório da mobilização comunitária e articulação com a imprensa, o Instituto Histórico e o Departamento de História da indicação dos conferencistas bem como concessão de quadros para a coordenação e debates do Seminário, e o Conselho Estadual de Cultura, da publicação dos "Anais".¹

Da Teoria à Prática. O Primeiro Seminário

A abordagem da coletânea **Brasil, Tempo e Cultura**, sobre o conteúdo da primeira versão do Seminário Paraibano de Cultura Brasileira, em dezembro de 1976, permite o entendimento do alcance e significado desse certame. Falando por ocasião de sua instalação, o então Secretário Tarcísio Burity sentenciou que "o Primeiro Seminário Paraibano de Cultura Brasileira, tantas vezes sonhado e hoje realidade (...), visa, sobretudo, a uma avaliação da cultura brasileira em suas mais variadas manifestações"²

Já na abertura do II Seminário foram estas as palavras de S. Excia,: "Nós esperamos que este Seminário continue com aquele mesmo objetivo do primeiro, isto é, a busca da identidade nacional, a procura daqueles traços que devem caracterizar, profundamente, e numa dimensão

(1) Desses "Seminários" resultaram, até agora, os seguintes livros: **Brasil, Tempo e Cultura** (João Pessoa, 1978), de Raymundo Moniz de Aragão, Miguel Reale, Juarez da Gama Batista, José Honório Rodrigues e Samuel Duarte.

João Pessoa, a Paraíba e a Revolução de 30 (João Pessoa, 1979), por Abgvar Bastos, Luiz Toledo Machado, Boris Fausto, Geraldo I. Joffily, José Octávio, Humberto Mello e Amaro Quintas.

Brasil, Tempo e Cultura III (História, Ciências Sociais e Realidade Brasileira), por Octaciano Nogueira, Paulo Bonavides, Hélio Jaguaribe, Odilon Nogueira de Matos, José Octávio, Vamireh Chacon e José Honório Rodrigues.

Brasil, Tempo e Cultura IV (Viagem ao universo de Gilberto Freyre), por Vamireh Chacon, M. do Carmo T. Miranda, Edson Nery, Roberto Mota, Potiguar Matos, José Pedro Nicodemus e Juarez da Gama Batista.

O **Brasil, Tempo e Cultura V** encontra-se no prelo, sendo seus co-autores Aloísio A. Campos, Maria Victória M. Benevides, Hélio Jaguaribe, Cândido Mendes, Oswaldo Trigueiro, Lauro Xavier, José Octávio, J. Honório Rodrigues, José Calazans e Sebastião Nery.

Segura apreciação dos "Seminários", no contexto da historiografia paraibana, é firmada por José Octávio e Wellington Aguiar em "História, Ciências Sociais e Cultura na Realidade Paraibana", preâmbulo a **Capítulos de História da Paraíba** (João Pessoa, 1987), págs. 14/15 e 23.

(2) Burity, Tarcísio - **Brasil, Tempo e Cultura**, pags. 9/10. João Pessoa, 1978.

cada vez mais autêntica, a cultura brasileira (...). Hoje estamos chegando a uma análise objetiva de nossos destinos, perfeitamente conscientes de que somos sujeito e não objeto da História".³

Por essas colocações bem se pode avaliar o sentido culturalizante dos Seminários e seu compromisso com a realidade brasileira, considerada numa perspectiva de mudança.

A Cultura significava então o conjunto das realizações espirituais e materiais da Nação Brasileira, de cuja dissecação se encarregariam as diversas ciências sociais - Antropologia, Filosofia, Direito, Sociologia, Economia, Geografia, Política - bem como práticas como Literatura, Cinema e Biblioteconomia, tudo sob a inspiração, mas não a hegemonia imperialista, da História, a que caberia estabelecer as coordenadas de tempo e espaço, básicas para compreensão de nossa realidade.

Esse pluralismo conceptual, responsável por frutífero diálogo com as ciências sociais e práticas artísticas e científicas, convertendo a História, mais do que nunca, nunca ciência síntese, ou seja, uma somatório, desbordava para o pluralismo ideológico, por meio do qual os Seminários Paraibanos de Cultura Brasileira, como espaço democratizante aberto a todas as tendências e correntes de pensamento, congregariam pensadores de opiniões não apenas divergentes, mas antagônicas.

Tal se infere já do I Seminário, em que, discorrendo sobre a evolução do Direito Brasileiro, desde as Ordenações até as tentativas de revisão do Código Civil em nossos dias, Miguel Reale teve palavras de justificação e aplauso ao Ato Institucional nº 5 (AI-5), então em vigor:

"O Ato Institucional nº 5 é uma contingência política, de um momento da história brasileira, e representou, no momento, um ato necessário. Eu gosto de dizer as coisas franca e claramente: foi um ato revolucionário, e os atos revolucionários são fatos históricos, manifestados por contingências do momento. Não se trata de um ato definitivo, e não representou um retrocesso histórico. Representou um momento da vida política na conjuntura do tempo, porquanto significou uma resposta à desordem que é, sim, o retrocesso histórico, o retrocesso político irrecuperável"⁴

(3) Burity, Tarcísio - *João Pessoa, a Paraíba e a Revolução de 30* (Introdução), p. 13. João Pessoa, 1979.

(4) Reale, Miguel - "O Direito e as instituições políticas brasileiras", em *Brasil, Tempo e Cultura*, p. 59.

Não era esse todavia, o pensamento do jurista paraibano Samuel Duarte. Discorrendo, no dia seguinte, sobre "O Judiciário e a Realidade Brasileira", o ex-presidente da Câmara dos Deputados firmou severa advertência à legislação autoritária em vigor:

"(...) Aos inexperientes, arrebatados por impulsos desqualificados de criminalidade comum, esmaga-se com punições severas, em que até sentença de morte pode vir de embocada. Aplaudindo o tratamento humano e sociologicamente correto dos regimes penitenciários recuperadores acreditamos também no imperativo de evitar que a juventude acabe nas angústias de uma frustração irreparável. Importa oferecer-lhe um clima de compreensão sem paternalismo, no qual o cenário escolar e universitário não funcione como barreiras a uma participação consciente na problemática do homem, pelo acesso aos quadros da decisão.

(...) Responder às infrações primárias em terreno estranho a conotações de perversidade ou degradação moral, com penalidade de extrema duração, será cortar muitas probabilidades de reconciliação com a comunidade. Será perda de promissoras lideranças nos quadros de uma democracia inteligente. Porque o inconformismo dos jovens se define, em suas causas, mais no terreno das omissões da própria sociedade do que em pretensas vocações para a revolta. Não se obriguem os juízes a aplicar a inclemência de punições geradoras de ressentimentos e novos inconformismos. Poupe o legislador ao Judiciário a provocação de lançar, através de sentenças de extremo rigor, a semente de insubmissões radicais".⁵

Da Antropologia à História Revisionista

Não por acaso os Seminários registraram, como primeira conferência, intervenção do professor Raimundo Moniz de Aragão, subordinada ao tema "Elementos da cultura brasileira".

Se bem que filiado à visão culturalista um tanto tradicional - limitação que se procurou corrigir com o IV Seminário, inteiramente dedicado à obra de Gilberto Freyre - a exposição de Moniz de Aragão sintetiza as raízes de nossa formação através dos tópicos "Conceito de cultura", "O meio físico" e "Etnias", este último desdobrado através da clássica trilogia "O indígena brasileiro", "O negro e a escravidão" e "O português, origem e cultura".

(5) Duarte, Samuel - "O Judiciário e a realidade brasileira", in op. cit., p. 155/6.

Tratava-se de privilegiar o espaço cultural brasileiro para que sobre ele se assentassem interpretações jurídicas e literárias das quais se ocupariam Miguel Reale/Samuel Duarte e Juarez Batista, junto aos quais a metodologia históricocomparativa repontará.

Em Miguel Reale, filósofo do Direito aberto às motivações da História, isso é claríssimo, na medida em que sua conferência parte das Ordenações manuelinas e filipinas para desenvolver, ao longo do tempo, matrizes jurídicoinstitucionais que passam pelos tratadistas do Império - Pimenta Bueno à frente -, para progredir com o filão germanista da Escola do Recife, o americanismo ruibarbosano da República, a experiência do Código Civil, e, enfim, a "universalidade jurídica do Direito Brasileiro"⁶

Samuel Duarte, embora menos didático, também funde as instituições judiciárias com a História e a Política - entrando igualmente aí a Religião e a Sociologia do Direito - máxime nos itens "Poder e vontade popular" o "Exemplo anglo-americano" "Judiciário e mudanças sociais" e "Direito e dinâmica social", da conferência "O Judiciário e a realidade brasileira".⁷

Menos historizante e mais esteticista, nem assim Juarez Batista obliterou a História em "A contribuição da Literatura ao Pensamento Brasileiro", como se pode inferir das considerações sobre "O Movimento Modernista, paulista e carioca, nas suas origens e o Regionalismo Tradicionalista do Recife", como instrumentos de "criação de uma outra mentalidade brasileira".⁸

No caso, tratar-se-á de associar a Literatura à História, considerando-se aquela como fonte para esta. Lançando mão das conhecidas reflexões de Álvaro Lins, será essa a temática do culturólogo Elizo Matos, comentando José Honório Rodrigues no V Seminário.⁹

José Honório, aliás, expressará o caráter históricohistóricográfico dos Seminários versando, já na edição de 1976, sobre "A Revolução Americana e a Brasileira. 1776-1820", enriquecida por comentários e

(6) Reale, Miguel - op. cit., pp 35/48.

(7) Duarte, Samuel - op. cit., pp 143/157.

(8) Batista, Juarez - "A contribuição da Literatura ao pensamento brasileiro", in **Brasil, Tempo e Cultura**, p. 69.

(9) No Quinto Seminário, de livro ainda não editado, embora a conferência de José Honório versasse sobre "O pensamento conservador no Brasil", seu comentador Elizo Matos discorreu sobre "A Literatura como fonte para a História", arrancando aplausos do auditório e congratulações do expositor.

debates os mais variados.¹⁰ Infilando sobre a mesma temática dos cinco volumes de **Independência: Revolução e Contra-Revolução** (1972), lançados quatro anos antes, Rodrigues não só repisou a tese de **Conciliação e Reforma no Brasil** (1965), pela qual no Brasil as revoluções são sempre travadas e desencaminhadas pela contra-revolução, como sistematizou outros pontos de aparelhamento conceptual que tanto reformulou a Historiografia brasileira, a saber: a) carácter oblíquo do liberalismo brasileiro, sempre limitado por preconceitos de classe, e por isso formal; b) sobrevivência do colonialismo dentro do absolutismo, ao longo do nosso processo histórico, derivando daí as constantes formulações autoritárias deste; c) feição cruenta da História do Brasil e d) necessidade de fortalecimento de **História Combatente**, a serviço das aspirações nacionais e calcada na contribuição popular porque, segundo o conferencista, “a elite pode trair o país; o povo não o trai”.¹¹

Revolução de 30 no Seminário

Com exposições dessa ordem, os Seminários Paraibanos definiam-se como evento da área histórico-historiográfica, feição que se consolidará com o Segundo Seminário, todo dedicado à Revolução de 30 e origem da coletânea **João Pessoa, a Paraíba e a Revolução de 30**.

A idéia consistia em subordinar a edição do Seminário a um tema único - no caso a Revolução de 30 - o que se explica não só pelo relevo desse acontecimento de que a Paraíba se fez um dos propulsores, a nível da Aliança Liberal, como em razão do transcurso, em 1978, do centenário de João Pessoa que, acionado pelas mesmas instituições responsáveis pelos Seminários Paraibanos, ensejou abundante produção historiográfica de cunho manifestamente crítico.¹²

(10) Rodrigues, José Honório - “A Revolução Americana e a Brasileira”, comentários e debates em **Brasil, Tempo e Cultura**, pp. 91/140. O próprio Rodrigues reproduziu essa peça em seu livro **Tempo e Sociedade** (Rio de Janeiro, 1986), pp. 164 a 214.

(11) *Ibidem*, págs. 137 e 212, respectivamente

(12) Uma análise da produção historiográfica do centenário de João Pessoa, que totalizou, entre 1987 e 79, quinze livros e cinco cadernos especiais, além de dezenas de cursos e uma exposição fotográfica, encontra-se no já citado preâmbulo de **Capítulos de História da Paraíba**, pp. 15 a 24. Relação completa dessas obras aparece em Tavares, Eurivaldo - **Soldado paraibano orgulho do grande Presidente** (João Pessoa, 1978) e Octávio, José - **A Revolução Estatizada** (Mossoró, 1984), p. 23.

Temos assim que a edição, em 1979, de **João Pessoa, a Paraíba e a Revolução de 30** insere-se em contexto mais amplo de repensamento da Revolução de 30 e encartamento desta nas grandes linhas da historiografia brasileira, o que levou Aspásia Camargo a reconhecer que “o ciclo das discussões iniciou-se, em realidade, em 1978, na Paraíba, por ocasião do centenário de João Pessoa, já como indicação antecipatória do paradoxo modernizante e pioneiro de uma administração oligárquica, que se adianta aos compromissos firmados com a Velha República de Epitácio Pessoa, seu inquestionável líder político”¹³

Para o alcançamento de tais objetivos, o Segundo Seminário reuniu não apenas historiadores regionais (Amaro Quintas, José Octávio, Humberto Mello) e nacionais (Abguar Bastos, Boris Fausto e Luiz Toledo Machado) intermediados por Geraldo Joffily, na qualidade de paraibano residente em Brasília, como motivações revisionistas capazes de esquadriñar os mais representativos aspectos do chamado outubrismo.

Nesse particular, enquanto Abguar Bastos e Luiz Toledo Machado colocavam em foco a Revolução de 30 na encruzilhada da transição brasileira da sociedade pré-capitalista, para outra, industrial e de massas, Boris Fausto ressaltava que essa evolução se fizera sob a férula do chamado modelo autoritário-corporativista que, primaciando o Estado, responsável pela “Revolução do Alto”, se identifica com a literatura política brasileira, anterior e posterior a 1930.

Entrementes, ao tempo em que José Octávio e Humberto Mello se ocupavam, respectivamente, da Paraíba dos anos 20 e administração do presidente João Pessoa, Amaro Quintas, associando a História à Sociedade Política, discutia o verdadeiro conteúdo da Revolução de 30 para concluir que esta fora apenas uma revolução com “r” minúsculo.¹⁴

A mais lídima expressão do revisionismo historiográfico inerente ao Segundo Seminário sobreveio com a exposição do paraibano-brasiliense Geraldo Joffily. Constituindo-se, até hoje, no único historiador a compulsar os pareceres, votos e acórdãos do ministro João Pessoa, em sua passagem pelo Supremo Tribunal Militar, Joffily subverteu a historiografia oficial que apontava o futuro presidente da Paraíba como modelo do magistrado reacionário e carrancista que não perdoava os tenentes. Isso porque, na

(13) Camargo, Aspásia - “O revelado e o (ainda) obscuro na História recente do Brasil”, em *Jornal do Brasil*, 26/10/80.

(14) Quintas, Amaro - “O problema da conceituação na Revolução de 30”, em *João Pessoa, a Paraíba e a Revolução de 30*, pp. 298 e 306.

conferência “João Pessoa e o populismo na magistratura”, o que desponta, à luz de irrecusável documentação, acompanhada de freqüentes incursões pela Filosofia do Direito, é um julgador populista que prenunciará o sistema institucional de 30, mediante comportamento draconiano para com os oficiais superiores e indulgente para com sargentos, cabos e praças de pré.¹⁵

Globalismo, presentefismo e funcionalidade na História

Ao lado do criticismo revisionista, os Seminários Paraibanos já se caracterizavam como certames de caráter historiográfico, globalizante, presenteísta e funcional. Ou seja, **globalizante** pelo caráter totalista das abordagens que encerrava, **presenteísta** pela preocupação com o presente, claríssima nas concepções de Miguel Reale, Samuel Duarte, Juarez Batista, José Honório Rodrigues, Abguar Bastos, Luiz Toledo Machado e Amaro Quintas, e **funcional** pela declarada intenção de conscientizar elites e povo para a problemática do Brasil contemporâneo.

Tanto o terceiro desses certames, efetivado em setembro de 79, como o quinto, datado de outubro de 81, se ajustarão a tais lineamentos, o que explica as respectivas subtítulos - “História, Ciências Sociais e Realidade Brasileira: exposições e debates, naquele, e “Realidade Nordestina e Brasileira: a dinâmica dos ismos no Brasil contemporâneo”, neste.

A circunstância de que o Terceiro Seminário haja sido reunido em livro e o quinto ainda não, em nada os diferencia, esse o seu lado formal. No essencial, o que ambos representam é tentativa de lançar mão do instrumental das diversas Ciências Sociais e conexos - Literatura, Historiografia, Direito, Política, Economia, Sociologia, Antropologia, Sociologia da Religião e Jornalismo - para discussão e equacionamento dos impasses do Brasil contemporâneo. Não seria esse o compromisso maior da História, não neutra ou sectária, mas participante dos destinos da nacionalidade? Assim, pois, a questão não deixou de ser colocada no Terceiro Seminário.

Segundo Hélio Jaguaribe, “existe hoje unanimidade entre os historiadores de minha competência, no sentido de rejeitar a visão da História como desempenho do herói e situá-lo como modificações de

(15) Joffily, Geraldo Irineo - “João Pessoa e o populismo na magistratura”, *ibidem*, págs. 58-64.

(16) Jaguaribe, Hélio - Rodrigues, J. Honório - Octávio, José - **Brasil, Tempo e Cultura III**, págs. 84, 219 e 152, respectivamente.

estruturas e contextos sociais, dentro de certas circunstâncias". Para José Honório, mais radical, "já escrevi que a História está empenhada não na distração das elites, pois ela não é um entretenimento, mas em revelar a dignidade e o valor da existência humana. Ela aprofunda a experiência humana, pretende tornar mais conscientes os homens e mostrar-lhes os processos sociais e econômicos em que estão envolvidos". Sensível a tais colocações, José Octávio acrescentou que "nós não aceitamos a História paroquializada, fechada, uma História que sirva para exteriorização de ufanismos delirantes ou preconceitos de província, qualquer que seja o seu tipo. Nós entendemos que a História da Paraíba - e essa é a lição do livro de José Américo, **A Paraíba e seus problemas** - deve situar-se numa perspectiva nacional e até universal (...)"¹⁶

De certo modo, todo conteúdo de **Brasil, Tempo e Cultura III** sintoniza com essas colocações. Tratava-se, afinal, de estabelecer a interação entre História, Ciências Sociais e Realidade Brasileira.

Nessa perspectiva, é que Octacíano Nogueira, em "História e pesquisa histórica no Brasil" valeu-se da historiografia para verberar os rumos excessivamente academicistas da produção historiográfica nacional. Paulo Bonavides, em "História e Direito: o problema da História e Romanismo em Savigny", contrapôs o romanismo alemão do século XIX ao racionalismo contratualista do século XVIII para demonstrar que é aquele e não este que compagina com a História. Enquanto isso; Hélio Jaguaribe, em "História e Política: uma abordagem crítica", traçou aproximações e distinções entre essas ciências sociais para demonstrar, arrimado em exemplos da realidade brasileira, revolução russa e experiência turca de Kamal Atatürk, que o processo histórico resulta de articulação nem sempre harmônica entre os quatro grandes sub-sistemas da sociedade humana: "o sistema cultural, que produz crenças e símbolos; o sistema participacional, que produz atores, papéis e status; o político, comandos; e o econômico, mercadorias ou utilidades".¹⁷

Segundo a crítica do debatedor Leonildo Corrêa para o **Correio das Artes**¹⁸, a mais didática das exposições do Terceiro Seminário foi a de Odilon Nogueira de Matos que traçou as origens e gênese dos estudos

(16) Jaguaribe, Hélio - Rodrigues, J. Honório - Octávio, José - **Brasil, Tempo e Cultura III**, págs. 84, 219 e 152, respectivamente.

(17) Jaguaribe, Hélio - "História e Política: uma abordagem crítica, em **Brasil, Tempo e Cultura III**, pág. 63.

(18) Corrêa, Leonildo - "Um livro muito especial", em **Correio das Artes**, João Pessoa, 11-1-1981.

econômicos da História do Brasil na conferência "Fontes para a história econômica do Brasil".

História e compreensão da realidade

A insistência, mais do que histórica, fazia-se presentista e combatente, questão de certa forma retomada pelos três demais expositores do Seminário - José Octávio, Vamireh Chacon e José Honório Rodrigues.

José Octávio valeu-se do processo histórico paraibano datado da República Velha para desenvolver o tema "História presente e realidade social paraibana", por meio do qual analisou a situação econômico-social das quatro microrregiões paraibanas: Mata, Brejo, Cariri e Sertão.

Vamireh Chacon, resgatando o exato sentido da tradição radical brasileira, delineou em "História e Sociologia: a questão nordestina", os níveis da atual espoliação nordestina pelo colonialismo interno e externo, centrado no centro-sul, enquanto José Honório Rodrigues, inspirado principalmente em *The Death of the Past*, de Plumb, fulminou a confusão deliberadamente estabelecida entre "a tradição, a memória e a história", para reivindicar a autônoma desta em face daquelas, até bem porque é a História que combate pela liberdade e os direitos do povo, não raro contra a tradição e a memória, sempre imobilistas. Consoante a proposta de Rodrigues, "a tradição memorialista mistifica o passado, garante a autoridade, defende a situação dominante, consola os saudosistas e santifica os erros e máculas da História. A tradição é o antiquarismo, e a separação da História do antiquarismo é uma necessidade vital, sobretudo na fase da ação progressiva que vai caracterizar o Brasil de amanhã".¹⁹

Assim postados, os Seminários Paraibanos já repercutiam nos planos regional e nacional.

De Pernambuco, Manuel Corrêa de Andrade significava que "a leitura da série de conferências e debates que elas suscitavam nos levam a duas conclusões básicas: a primeira, de que a História não se constitui em um saber estanque, independente, a ser cultivado por especialistas, de costas para as ciências sociais, mas um enfoque da Ciência Social que representa uma grande unidade; segundo, que a História esta identificada com a sociedade no tempo e no espaço, refletindo o pensamento e os interesses

(19) Rodrigues, J. H. - "A Tradição, a Memória e a História", em *Brasil, Tempo e Cultura* III, pág. 220.

ideológicos da classe dominante que a utiliza para manter as estruturas que lhe servem de sustentação política, econômica e social".²⁰

Pelo "Jornal do Brasil", do Rio de Janeiro, era Israel Belo de Azevedo quem assim se manifestava: "Há iniciativas culturais inúteis, porque fechadas em si; outras, frutíferas, porque abertas. Os Seminários Paraibanos de Cultura Brasileira, realizados anualmente em João Pessoa, incluem-se no segundo grupo, como se comprova pela leitura de **Brasil, Tempo e Cultura III**, que reúne os materiais concernentes ao terceiro da série."²¹

Os dois eixos do Quinto Seminário

À luz dessas considerações é que se deve compreender o Quinto Seminário, em outubro de 1981, como ampliação do Terceiro, não só por alguns expositores que se repetiam (Hélio Jaguaribe, José Octávio e José Honório Rodrigues), como pela insistência em se recorrer à História para compreensão de "A dinâmica do juscelinismo, tradicionalismo, constitucionalismo, conservadorismo, messianismo, coronelismo, religiosismo, jornalismo".

Em dois eixos positivou-se o Quinto Seminário. Enquanto um vetor, mais voltado para as estruturas, fixou-se nas origens da sociedade brasileira, visualizadas no constitucionalismo de Oswaldo Trigueiro de Albuquerque e Mello, historicismo de Lauro Xavier/José Octavio, anti-conservadorismo de José Honório Rodrigues e coronelismo e messianismo de José Calazans, outro, mais conjuntural, por isso que de inspiração política, debruçou-se sobre o presente, projetado através do desenvolvimento regional com Aloísio Campos, juscelinismo com Maria Vitória Benevides, posições sociais da Igreja em Cândido Mendes, populismo e pós-populismo em Hélio Jaguaribe e jornalismo e processo político em Sebastião Nery.

Lances realmente representativos marcaram esse Quinto Seminário. Na conferência de Sebastião Nery, após a afirmativa de que "a Direita só dispõe de Jânio e Maluf para 84", observação plenamente confirmada pelos fatos posteriores, militantes do PT enveredaram por

(20) Andrade, M. C. - "Cultura na Paraíba", em *O Norte*, 27-4-81; reproduzido no *Diário de Pernambuco*. Conceitos análogos foram emitidos por João Manuel de Carvalho, "Tempo e Cultura", em *O Norte*, 20-2-81 e coluna "Mural" de *O Escritor*, nº 7, jornal da UBE, São Paulo, jan/fev/1981, p. 11.

(21) Azevedo Israel Belo de - "A prática da História", em *Jornal do Brasil*, 30-5-81, com reprod. em *O Norte*, 20-2-81. No mesmo sentido, Soares, Epitácio - *Diário da Borborema*, de Campina Grande, 29-1-81.

veementes críticas ao governo da Paraíba, defendido pelo próprio governador Tarcísio Burity, que se colocou no centro de discussão de mais de meia hora.

Hélio Jaguaribe, que em 1979 pleiteara democracia conservadora de massas como alternativa para os impasses da dicotomia populismo-militarismo surgiu em cena alertando contra os riscos do comunismo militar equivalente (!) ao modelo etíope... Traçando a gênese do pensamento conservador no país, José Honório Rodrigues prefigurou o então ainda inédito **Oliveira Viana e a metafísica do latifúndio**, ao insistir em que Viana se tornara "o maior pensador reacionário da História do Brasil".²²

O historiador baiano José Calazans coloca a sua palavra ao suporte de espécie de diário produzido por Antônio Conselheiro durante os acontecimentos de Canudos, enquanto Cândido Mendes assumia apaixonada defesa da Igreja da Teologia da Libertação, indagando sobre "O que são essas comunidades eclesiais de base que muitos têm como verdadeiro lobisomem?"

No universo freyreano

Deixamos deliberadamente para o final a referência ao Quarto Seminário, de que resultou a coletânea **Brasil, Tempo e Cultura IV: viagem ao universo de Gilberto Freyre**, porque foi este o seminário que, coordenado por Raimundo do Nonato Batista, melhor sintonizou com as inspirações histórico-sociais da sociedade brasileira.

Na abertura, Tarcísio Burity ressaltou as matrizes da sociologia gilbertiana, ou seja, o conceito de Nordeste, antecipado por José Américo em **A Paraíba e seus problemas**, a interpretação do Brasil que, aquecida pela Revolução de 30, ensinaria os estudos de Paulo Prado, Sérgio Buarque, Afonso Arinos de Melo Franco e Caio Prado Júnior, e, enfim, as noções de espaço cultural e tempo histórico empático situados na base de **Casa Grande & Senzala**.

Todo o desenvolvimento do certame situar-se-ia de modo a não desmerecer a enraizada concepção crítico científica dos Seminários. Verdade que o prestígio de Freyre e a circunstância de que, pela primeira vez, o Seminário Paraibano fixava-se num personagem, ao invés de elencagem temática, induziam à aparente predominância da apologia sobre a crítica, e do elogio fácil sobre a discussão. Isso, todavia, não se verificaria. Sobretudo, graças à originalidade e penetração das conferências, voltadas para as vertentes mais representativas do universo freyreano.

(22) O livro de José Honório Rodrigues sobre Oliveira Viana, dado aqui como inédito, já se encontra publicado. Constitui o tomo segundo do segundo volume da **História do Brasil**. São Paulo, Editora Nacional, 1988, Col. "Brasiliiana", série "grande formato", v. 24.

Nesse sentido, coube a Vamireh Chacon em "Tradição e modernidade em Gilberto Freyre" situar as fontes do pensamento deste. Maria do Carmo Tavares de Miranda, na mais erudita das intervenções, explicou o porquê do autor de *Sobrados e Mucambos*, como "cientista da compreensão". Em Edson Nery despontou singularíssimo traço de Gilberto Freyre, ou sejam, as antecipações de quem aliou o intuicionismo bergsoniano ao rigorismo científico de Boas e Giddings.

Entrementes, José Pedro Nicodemos e Potiguar Matos mergulharam fundo nas concepções histórico-históricas de Gilberto Freyre, e, enfim outro enraizado gilberteano, no caso Juarez Batista, deu expansão à criatividade, discutindo no sociólogo de Apipucos a "memória" e o "tempo" como bases para recriação da sociedade colonial nordestina.

Destaques para o Quarto Seminário, além da já mencionada conferência de Vamireh Chacon: Maria do Carmo Tavares de Miranda ("Uma interpretação não ideológica da obra de Gilberto Freyre"), Edson Nery ("Antecipações de um aprendiz"), Roberto Mota ("Gilberto Freyre, um antropólogo"), Potiguar Matos (Gilberto Freyre, o historiador"), José Pedro Nicodemos ("Gilberto Freyre, historiador social") e Juarez Batista ("A memória e o tempo na obra de Gilberto Freyre"). O volume daí resultante foi acrescido de um prefácio de Wills Leal ("A homenagem da Paraíba a Gilberto Freyre") e de palavras finais de Gilberto Freyre.

CONCLUSÕES

Os Seminários Paraibanos de Cultura Brasileira constituíram fecundo exercício de História cultural, política e social, daí porque não hesitarmos em recomendar suas produções como elementos de relevo na historiografia nacional. Segundo Vamireh Chacon, tais certames "foram tão importantes que hoje fazem uma grande falta à Paraíba e ao Nordeste. Todo ano, em determinado mês, as atenções regionais se voltavam para João Pessoa. Oxalá um dia alguém, com sensibilidade, reinicie o programa".²³ São também os nossos votos...

(Transcrito de *Debates de História Regional* (Revista do Departamento de História da Universidade Federal de Alagoas nº 1, 1992, págs. 55-66)

(23) "Vamireh Chacon: a Nação vai se reconciliar com a Constituinte", entrevista concedida a José Octávio, em *A União*, 10-2-85.